



**Denise Pereira
(Organizadora)**

A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
Ioneide Maria Piffano Brion de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8381925041	
CAPÍTULO 2	10
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
Kátia Sausen da Motta	
DOI 10.22533/at.ed.8381925042	
CAPÍTULO 3	22
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Luciana de Moraes Trombeta	
DOI 10.22533/at.ed.8381925043	
CAPÍTULO 4	31
MEDIÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
Priscila Lopes d'Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.8381925044	
CAPÍTULO 5	38
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
Angélica Szeremeta	
Alfredo Cesar Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.8381925045	
CAPÍTULO 6	52
"O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO". CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL "A LIBERDADE"	
Mariana Nunes de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.8381925046	
CAPÍTULO 7	67
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
Bianca Racca Musy	
DOI 10.22533/at.ed.8381925047	
CAPÍTULO 8	75
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Rosimeire Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.8381925048	

CAPÍTULO 9	83
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8381925049	
CAPÍTULO 10	97
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250410	
CAPÍTULO 11	107
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250411	
CAPÍTULO 12	117
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
DOI 10.22533/at.ed.83819250412	
CAPÍTULO 13	126
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
DOI 10.22533/at.ed.83819250413	
CAPÍTULO 14	138
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.83819250414	
CAPÍTULO 15	147
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.83819250415	
CAPÍTULO 16	156
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
DOI 10.22533/at.ed.83819250416	
CAPÍTULO 17	167
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.83819250417	

CAPÍTULO 18	179
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
Pedro Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.83819250418	
CAPÍTULO 19	195
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
Bruno Tavares Magalhães Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.83819250419	
CAPÍTULO 20	204
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
Cícero Joaquim dos Santos	
Rafael Gonçalves de Araújo	
Antônio Carlos Dias de Oliveira	
Teófilo Silva Primo Correia	
Zuleide Fernandes de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.83819250420	
CAPÍTULO 21	211
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
George Vidipó	
DOI 10.22533/at.ed.83819250421	
CAPÍTULO 22	223
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
Glauco José Costa Souza	
DOI 10.22533/at.ed.83819250422	
SOBRE A ORGANIZADORA	231

LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART

Ioneide Maria Piffano Brion de Souza

Doutora em História, Política e Bens Culturais

Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em

História da UFJF

Juiz de Fora, Minas Gerais

RESUMO: A literatura teve um papel importante entre as artes de resistência tanto no diagnóstico da violência e da experiência social sob o autoritarismo, quanto no exame das contradições e impasses dos intelectuais de esquerda que se opunham ao regime. Este artigo objetiva refletir sobre a relação entre história e literatura a partir da análise do romance *O pardal é um pássaro azul* que compõe a Trilogia da Tortura de Heloneida Studart. O romance aborda a ditadura civil-militar brasileira a partir da ótica do militante de esquerda. A escolha da temática do artigo se deu não porque a literatura imitou a realidade nos livros, mas porque, em muitos casos, só a reflexão propiciada pela ficção, pela imaginação ou pela memória poderia dar conta de compreender uma realidade política, cultural e social tão multifacetada e complexa. Assim, partindo do livro em questão, busca-se compreender de que maneira a narrativa literária, quando colocada em diálogo com pesquisas acadêmicas recentes, contribuem

para uma compreensão desse período da história brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo. Literatura. Esquerda

ABSTRACT: Literature played an important role among the resistance arts both in the diagnosis of violence and social experience under authoritarianism, and in examining the contradictions and impasses of the leftist intellectuals who opposed the regime. This article aims to reflect on the relationship between history and literature from the analysis of the novel *The sparrow is a blue bird* that composes the *Trilogy of Torture* by Heloneida Studart. The novel approaches the Brazilian civil-military dictatorship from the perspective of the left-wing militant. The choice of the theme of the article was not because literature imitated reality in books, but because, in many cases, only the reflection propitiated by fiction, imagination or memory could account for understanding a political, cultural and social reality so multifaceted and complex. Thus, starting from the book in question, it is sought to understand how the literary narrative, when placed in dialogue with recent academic research, contribute to an understanding of this period of Brazilian history

KEYWORDS: Authoritarianism. Literature. Left

1 | HISTÓRIA E LITERATURA

Nos debates mais recentes a literatura e a história são compreendidas como leituras possíveis da recriação do real uma vez que os discursos não apenas representam, mas também instituem imaginários e práticas sociais. O texto lido não oferecerá apenas a mediação do conhecimento de si mesmo, mas em última instância, estará proporcionando o conhecimento de um “mundo” através do mundo da obra. De acordo com Paul Ricoeur “contando histórias os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais do desenvolvimento, marcam com enredo e desenlaces o curso muito complicado das ações reais” (RICOEUR, 1978).

A compreensão de que a Literatura é uma manifestação cultural, portanto, uma forma de registro do movimento do homem na sua historicidade permitiu que o historiador a assumisse como fonte e espaço de pesquisa (CANDIDO, 2006, p.13). A literatura não perde completamente o foco com a sociedade e com a História. Ao dialogar com as diversas formas de cultura existentes, e estando, o seu autor, inserido em determinado contexto social, cultural, político, econômico, a obra literária não poderá, jamais, deixar de refletir a cosmovisão da qual, querendo ou não, será ‘tradutora’. A relação estabelecida entre tempo e espaço revela que a narrativa literária é detentora de um status que reforça sua reação com valores e diretrizes dependendo da posição de seu autor frente aos acontecimentos, problemáticos ou não, do mundo.

Há uma crescente confluência entre História e Literatura que tem possibilitado encarar a forma historiográfica e a forma ficcional como “apenas formas de apropriação e construção da realidade, modalidades de discurso que devem ser situadas no mundo real e que possuem por objeto o homem” (CUNHA, 2007, p. 40). Ao apresentar a realidade no texto o ardil literário cria esquemas persuasivos de interpretação dos processos sociais que apresentam uma realidade, aquela “vista” pelo seu autor. Não podemos negar que a produção literária de um autor se encaixe em um âmbito social, em determinado local e época e que demonstre, parcialmente, a sociedade em que vive. Contudo, o que predomina é a leitura do mundo feita por quem escreve (BAUMGARTEN, 1993, p.93-94).

Sendo assim, a narrativa romanesca é hoje um dos gêneros mais sedutores, proporcionando possibilidades infinitas de transformação de situações, a quem o escreve e a quem o lê. Por meio da ficção, propicia a reflexão crítica acerca da vida social, política, dentre outras; resgata a memória e a refunde com a imaginação; denuncia os costumes; traz a dúvida e questiona a realidade, até mesmo, subvertendo-a. Ler romances, significa preencher determinadas lacunas da experiência de vida.

Para os historiadores, conforme enfatizado por Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (1998, p. 7), a literatura ao ser pensada como um importante “testemunho histórico” e, uma vez compreendida como fonte, tem de ser devidamente interrogada e inquirida. Os mesmos devem se aproximar com cautela da “realidade”

apresentada pela literatura. Cautela a qual se deve ter não só com os textos literários, mas na análise de qualquer documentação já que essa sempre será uma entre várias interpretações de um fato. E Sandra Pesavento complementa ao observar que o historiador ao compreender a literatura como fonte, deve estar preparado para ver “a representação que ela comporta (...) o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa” (1995, p.117).

Silviano Santiago (1989 p. 14) compreende que as ficções escritas em conjunturas como a ditadura civil-militar no Brasil teriam aberto “campo para uma crítica radical e fulminante de toda forma de autoritarismo. Então, usar a literatura como fonte histórica para esse momento é, para dialogar com Renato Franco (2003, p.356), considerá-la como uma forma de resistência, compreendendo “uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante do horror”. Nessa perspectiva, é coerente pensar que em um contexto de extrema barbárie o real, para ser assimilado, necessitou ser ficcionado.

A ficção escrita durante os regimes autoritários, como bem analisado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 44), ao se pautar pelo viés da subjetividade, tentou apresentar as experiências fraturadas pela violência do vivido. Para a autora, “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura e pela humilhação” (FIGUEIREDO, 2017, p.43). Neste sentido, Vecchi e Dalcastagnè (2014, p.12), tomam a literatura como um campo privilegiado a partir do qual se pode “praticar uma política do nome próprio em relação ao passado, em que a violência não se eufemiza nos disfarces linguísticos e pode declinar-se em todas as forças que a constituem”.

A ficção assumiria o papel de expressão das incongruências e das ironias dos regimes autoritários. Ela descortinaria aspectos e elementos importantes da estrutura social do passado que, para o caso brasileiro, em decorrência das dificuldades de acesso a muitos dos documentos do período, como bem ressaltado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 29), viria a cumprir o papel de uma espécie de “suplemento aos arquivos”, ampliando as possibilidades para uma reflexão mais refinada sobre um passado que se tentou silenciar, sobretudo, com a promulgação da Lei da Anistia.

Conforme destacado por Márcio Seligmann-Silva (2003, p.17), neste movimento reflexivo, os discursos historiográficos e os literários, ainda que mantenham suas fronteiras e particularidades, podem ser mobilizados de forma articulada para uma compreensão mais complexa sobre o passado traumático. Partindo dessa perspectiva, pode-se sugerir que os textos ficcionais têm o potencial de contribuir para uma interpretação mais ampla e multifacetada do passado autoritário.

Para ilustrar esta análise da Literatura como fonte para a História utilizo um dos livros da escritora Heloneida Studart que compõe a chamada Trilogia da Tortura. Os livros da trilogia possuem como característica principal o fato de serem ficções históricas com traços autobiográficos que partem de um evento histórico determinado para reescrevê-lo em forma de romance. Os livros foram escritos em diferentes

momentos da ditadura civil-militar brasileira o que faz com que eles tenham formas distintas de apresentar a temática. No entanto, seus enredos, antecedendo em muito a própria historiografia, já questionam o papel da escrita como detidora de memória de períodos traumáticos, tratam do papel fundamental de setores da sociedade civil para o implante do golpe, questionam os conceitos de golpe ou revolução e ainda levantam questões sobre a anulação da participação das mulheres na resistência contra a opressão. A Trilogia é composta pelos seguintes livros: O Pardal é um Pássaro Azul (1975), O estandarte da Agonia (1981) e O torturador em Romaria (1986).

2 | O LIVRO

O Pardal é um Pássaro Azul é o primeiro livro da Trilogia da Tortura. É uma mistura de um romance reportagem com uma literatura fantástica de onde nasce um romance cuja pretensão é contar a conversão do artista, do intelectual e do escritor, em militante revolucionário e a necessidade desse se manter intelectualizado. Contudo, a ditadura civil-militar aparece no romance de forma alegórica. A construção alegórica da História no romance encerra possibilidades de fundar outras figuras de sentido. Para Benjamin (1984), a alegoria é, enquanto escrita, compreendida pela sua convencionalidade de signos, capaz de expressar algo diferente daquilo que representa. Considera-se, assim, que o recurso alegórico no livro é aquele discurso que faz entender outro, em que uma linguagem oculta outra. Percebemos a sutileza da autora para burlar a censura em várias passagens como:

–Que é que você está lendo? Perguntou [a mãe]. –Ah, é uma história aí de estripador... Tem brumas, gerânios, ferro de lareira, mordomos. Nada a ver conosco”. Ou ainda na passagem: “– Por que você está chorando, moça? [pergunta uma criança à Marina]. Eu estou chorando? Ultimamente as lágrimas me descem pelo rosto e não as sinto mais” (STUDART, 1975).

O Pardal narra a trajetória de Marina, ou melhor, a história de sua “deseducação”. Oriunda de uma família fidalga, ainda que em decadência, recebeu uma educação voltada à vida religiosa. Contudo, sob influência de João seu primo e grande amor, aos poucos vai experimentando a intensa atração pelas várias dimensões da vida cotidiana que a empurra para a descoberta do desejo sexual. Nesse movimento, ao afastar-se da igreja, Marina conhece sua primeira grande transformação: a revolução de seu corpo. Uma revolução que é cada vez tomada por uma sensualidade até então desconhecida. É com e por João que a personagem se abre definitivamente para a vida e para os problemas ou contradições inerentes a ela. E o primeiro resultado disso é o embate travado com sua avó Menininha.

Heloneida deixa claro desde o primeiro capítulo o papel que “Vó” Menininha, a matriarca da família Carvalhais Medeiros, tem a desempenhar na narrativa. A matriarca, que assume o comando do clã após a morte do pai e do marido, cerceia a liberdade de todos a sua volta, ela é a representação do autoritarismo. A escritora apresenta

este conceito no livro como um comportamento no qual uma pessoa ou instituição excedem o exercício da autoridade abusando do poder, que muitas das vezes, não lhe foi instituído pela maioria. O autoritarismo se manifesta no livro com o objetivo de enredar à narradora, Marina, visando com isso exauri-la, retirando-lhe a capacidade de se opor a esta forma de poder para assim, subjugar-la e a tornar parte daquela realidade.

A trama se desenrola a partir do confronto de Menininha e Marina, que representam respectivamente, o autoritarismo e a luta pelo fim da opressão. A “Vó” Menininha através de sua manipulação quer assegurar o padrão de vida de sua família evitando a qualquer custo que a decadência da “fidalguia” da família se concretize. O mais importante para a matriarca do que o ser é o ter, isto é, fazer parte e manter a “ordem” vigente. Marina, sua neta e herdeira, se opõe a tudo isso. O “confronto” entre as duas personagens representa o embate entre as forças opressoras que esmagam o país e a luta, sobretudo dos jovens, pela liberdade.

E o ápice do confronto ocorre quando Marina, incitada por João, questiona a avó sobre a situação de penúria de boa parte da população do país e a necessidade destes se rebelarem. Sua avó é taxativa em seu ponto de vista. Para ela “nem mulher, nem negro, nem pobre tem querer” (STUDART, 1975, p. 13). Esta frase, apresentada no segundo capítulo, é também o início da crítica mais aberta do romance a situação política e econômica do país. Neste momento, a personagem cede voz a escritora que deixa transparecer sua opinião sobre as pessoas que detinham o poder em seu tempo. Essas não viam, ou melhor não queriam ver, a realidade sócio-política que o país estava mergulhado e muitas compactuavam com o que estava ocorrendo por medo de mudanças.

A transformação de Marina suscita uma alteração na narrativa que passa a ter um tom de denúncia, de panfleto incitador de um mecanismo de libertação capaz de gerar a mudança de tudo e levar a tomada de consciência. Conscientização a qual é tratada como fundamental no romance para que as pessoas consigam mudar o *status quo* vigente. O sentimento de superação do peso da tradição vivido pela protagonista leva-a a se identificar cada vez mais com João, agora não só pelo amor, mas também por questões ideológicas. Consuma, então, sua derradeira transformação, ao assumir ser uma revolucionária.

Há, então, o aparecimento dos contornos gerais do que deveria ser o processo revolucionário: ele começaria pela tomada de consciência pelos oprimidos de que quem estava no poder não os representava e partiria para um rompimento, pacífico, que culminaria na tomada de poder por estes grupos. Nesse movimento, as camadas populares, desobedientes e insurretas, dariam vida à verdadeira face da nacionalidade. Tal concepção está assentada em uma visão otimista e positiva da autora sobre a revolução proletária ainda como reflexo de sua filiação ao PCB durante a década de 1960.

Na segunda parte do romance, Marina lentamente começa a vivenciar os reflexos

do autoritarismo que ela combate ao lado de seu primo. O rapaz logo que terminou seus estudos retornou ao convívio familiar passando militar pelos mais humildes indo visitar os bairros pobres de sua cidade levando sempre consigo Marina. Nessas visitas encontrava oportunidade para tentar cooptar esse grupo social para a luta contra o sistema. Por João o discurso da igualdade de direitos e oportunidades transparece: “Olha isso aí Calunguinha, é a penúria” (STUDART, 1975, p.14) ou “(...) os pobres pagam por tudo. Não se compra uma jóia, um carro último tipo, não se adquire passagem para a Europa, que eles não recebam a conta”. Assim, o jovem, politicamente engajado, confiante na possibilidade da organização da luta revolucionária e no desfecho positivo do conflito é a representação do militante para Heloneida. Aquele a quem competiria as transformações.

Contudo, esta esperança na militância começa a ruir quando a protagonista vê seu primo ser politicamente perseguido. O tom de desesperança que toma o romance atinge seu nível máximo quando João escreve em um muro que o pardal era um pássaro azul e é preso. A partir daí, o romance dá destaque para as arbitrariedades das prisões efetuadas durante a Ditadura e o tratamento dado aos encarcerados. Esses são transformados em inimigos do sistema capitalista e difusores do comunismo logo motivo suficiente para serem “esquecidos” na cadeia e lá torturados até a morte. Tal opinião é manifestada por Meninina quando Marina a procura tentando ter apoio para tirar João da cadeia.

O conflito entre liberdade e opressão atravessam todo o texto de Heloneida. O enfrentamento entre as forças da opressão e aquelas que representam a busca, a luta e o sonho pela liberdade aparecem simbolizadas pela visão do pardal azul primeiro por João e depois por Marina. O pardal azul simboliza a tomada de consciência dos personagens da situação insólita em que vivem os Carvalhais Medeiros como representantes de um grupo social falido que compactua com o opressor para tentar conseguir benesses.

Assim, presos na loucura de sua matriarca em manter a pompa e no medo do novo os membros ignoram o que ocorre na sociedade na qual estão imersos: um jovem foi preso por querer a liberdade, aranhas caranguejeiras são postas em celas de presos os quais aparecem misteriosamente com hematomas, quando não somem sem deixar vestígios. A autora vai ironizando de maneira ácida o contexto político brasileiro e a postura de alguns setores da sociedade civil frente aos desmandos do regime militar com a seguinte frase de João “todos tem medo. Se você ler nos jornais as notícias dos óbitos, com aquela tarja ao derredor, fique sabendo que a maioria morreu de medo” (STUDART, 1975, p. 109).

Mesmo diante dos obstáculos e dificuldades impostas pelo terrorismo estatal à vida cultural, a autora tendem a caracterizar Marina, como uma intelectual que não hesitou em tomar a postura de que fazer política e militar naquele momento era também escrever denunciando o autoritarismo. Aí, o leitor percebe a fusão entre o narrador e o escritor que culmina em uma consciência mais aguda do estado de

marginalização que paira na sociedade brasileira e “a descoberta de que o tecido social é feito de diferenças apaixonadas e que a negação das diferenças (com vistas a um projeto único para todos) é também o massacre da liberdade individual, o recalque das possibilidades mais autênticas do ser humano” (SANTIAGO, 1989, p. 34). E o romance quer destacar que é essa visão que é perdida quando o militante não opta pela luta intelectualizada contra o sistema.

Esse quadro de medo e desesperança começa a ser rompido quando a partir do capítulo dezenove Vó Menininha percebe que o nome e a obediência ao sistema já não significa nada ao não conseguir impedir que homens da polícia secreta invadam o sobrado em busca de um foragido paraguaio escondido por Marina. A matriarca sofre derrames sucessivos até ficar em estado vegetativo. A partir daí, há uma reviravolta nos personagens que passam a se sentir mais livres já que Marina, a nova herdeira dos Carvalhais Medeiros tem outra concepção de mundo. Heloneida com esta passagem evidencia que apesar da tirania e da covardia existente no autoritarismo representado no livro por Menininha, ele um dia enfraquecerá e passará. E esta concepção fica explícita quando João fala para Marina a seguinte frase: “Como você vê, todos os pesadelos acabam por morrer, Calunguinha” (STUDART, 1975, p.139) No entanto o que não pode passar para a autora é a vontade de fazer diferente e de continuar a lutar contra a opressão.

No último capítulo, após a morte de seu amado pelos torturadores, Marina começa a esmorecer e a achar que seria mais fácil aceitar a ordem vigente. É quando vem a sua lembrança uma canção de sua babá que pedia a São Benedito para abrir os caminhos frente aos perigos e, em meio a devaneios, ela enxerga o “pardal azul” pelo qual seu amado viveu e morreu: a fé na liberdade, única arma eficaz frente ao autoritarismo que dominava o país.

3 | CONCLUSÃO

A obra de Heloneida não pretende partir das evidências e dos sinais deixados pelo passado para com isso se aproximar de como este passado foi. Seu papel é recriar e não copiar ou restaurar o que passou. De forma que a “verdade” narrada em seu texto não é única. Seus protagonistas, Marina e João, adquirem uma consciência histórica ao longo da narrativa. No entanto, não é uma consciência expurgada de ideologias, ou como se costuma dizer, de irracionalidades. Ambos embora tenham uma visão crítica do mundo são pessoas de seu tempo, dirigidas pelas paixões, sonhos, desejos e emoções as quais são compartilhadas com os de sua classe e de sua sociedade.

O pardal é um pássaro azul serve para se discutir a relação entre o histórico e a linguagem, entre a realidade e a ficção e entre a narrativa e o seu referente. Nesta obra a narrativa é o combustível para a transformação do mundo. De acordo com Georg Lukács “o contraste entre participar e o observar não é casual, pois deriva da posição

assumida pelo escritor em face da vida, em face dos grandes problemas da sociedade e não do mero emprego de um diverso método” (1998, p. 54). Heloneida através de sua narradora-personagem faz com que sua narrativa seja uma constante reflexão sobre o papel político da palavra, sobre a relação entre poder e discurso. O livro nasce da consciência que ela possui da importância do discurso e da centralidade das palavras na luta contra a opressão, a exploração, a miséria, a violência e a alienação. Para Heloneida, a luta sócio-política é uma luta, ao mesmo tempo, contra a coisificação do humano e contra a conceitualização e classificação do mundo.

Assim, a literatura tem sido e continuará sendo um arquivo surpreendente que guarda, de maneira mais incisiva do que a historiografia, a memória ainda dolorida de um tempo áspero e impróprio. De forma que mais importante que a distinção entre história e literatura é aquilo que as aproxima, isto é, o fato de ambas serem criações narrativas do mundo, de uma realidade. De serem versões do real que se materializam à medida que constituem subjetividades. Desta maneira, a forma historiográfica e a forma ficcional são modalidades de discurso que tem por objeto central o homem, com suas práticas individuais e/ou coletivas e que servem, para no caso de Heloneida, criticar o contexto político e social de seu país.

Não restam dúvidas de que as narrativas ficcionais criam possibilidades e interpretações, via imaginação, sobre terrenos e territórios, sobretudo subjetivos, capazes de evocar através, dos personagens, o que pensaram, sentiram ou sofreram aqueles submetidos as atrocidades da ditadura civil-militar brasileira. A literatura como fonte histórica serviria, então, para desestabilizar e questionar a reconstrução do passado trazendo à superfície fissuras da lembrança histórica entrevedo em suas dobras os interditos.

REFERÊNCIAS

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. Literatura e história: o entrecruzamento de discursos. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7-13.

CUNHA, Karla Pereira. **Gabriel Garcia Márquez e Octávio Paz**: a questão da identidade ibero-americana em Cien Años de Soledad e El Laberinto de La soledad. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 355-374.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX). **Revista anos 90**, Porto Alegre, n.4, dezembro, p.115-127, 1995.

RICOEUR, Paul. **Les temps et les philosophies**. Paris: -, 1978.

SANTIAGO, Silviano. Prosa literária atual no Brasil. In: _____. **Nas malhas da letra**: ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

STUDART, Heloneida. **O pardal é um pássaro azul**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÉ, Regina. Apresentação. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. **Literatura e Ditadura**. n. 43, Brasília, jan/jun, 2014 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10748>. Acesso em 25/01/2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-283-8

